

Ata da audiência pública sobre a aplicação de recursos da Política Nacional Aldir Blanc no ano de 2024, na cidade de Mogi Mirim, realizada em vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e quatro, às dezenove horas, no Teatro Municipal “Tóride Sebastião Celegatti”, localizado no Centro Cultural “Prof. Lauro Monteiro de Carvalho e Silva”, situado à Avenida Santo Antonio, 430, Centro, Mogi Mirim, São Paulo, CEP: 13800-030. A audiência teve início com o Secretário de Cultura e Turismo Luiz Henrique Dalbo dando boas vindas, agradecendo a presença de todos e explicando o motivo da chamada desta audiência. Esclareceu que se trata de uma legislação diferente, que não deve ser confundida com outras legislações e editais já lançados pela Secretaria com recursos próprios ou vinculados. Luiz passou a palavra para a servidora Graziete Pinheiro, que recebe qualificação referente à PNAB para continuar a audiência pública. Graziete informa que a audiência está sendo gravada e transmitida pelo Facebook, e ficará à disposição para que se possa assistir posteriormente. Graziete informa rapidamente sobre os aspectos gerais da Lei que instituiu a PNAB, que se diferencia da LAB 1 (ainda emergencial) e da Lei Paulo Gustavo, que teve a maior parte dos recursos voltados à produções audiovisuais. Foi feito um parâmetro com o SUS, o SUAS, o FUNDEB, visto que o recurso da PNAB está programado para acontecer até 2027, ou seja, o município receberá recursos até esta data, e será necessário um planejamento para garantir a diversidade de projetos a serem contemplados. Um dos agentes pergunta se o recurso da PNAB é proveniente do Fundo Nacional de Cultura, e foi respondido que sim. Explica que todo ano o município receberá recursos federais para aplicação em projetos diversos da Cultura, o qual ainda não se sabe se o valor sempre será o mesmo ou se será reajustado. Menciona os principais objetivos, de acordo com o descrito no Manual da PNAB publicado pelo Ministério da Cultura. Importante que todos entendam que haverá necessidade de descentralização de projetos para áreas periféricas do município. O município já entregou um plano de ação “genérico” com a divisão de 25% dos recursos para Cultura Viva, uma porcentagem para obras e reformas, 5% para operacionalização e o restante para projetos de fomento. Este ano, o município deverá entregar o PAAR – Plano Anual de Aplicação de Recursos até dia 31 de maio, com os resultados dessa audiência, da consulta pública e da reunião do Conselho Municipal de Política Cultural. Foram lidos alguns artigos da Lei 14.399/2022 e dos Decretos 11.453/2023 e 11.740/2023, que definem no que os recursos podem ser utilizados. Luiz comenta que um dos diferenciais desta Política é a possibilidade de utilização do recurso em obras e reformas e a aquisição de imóveis de interesse histórico para tombamento. Também foi informado no que o recurso não pode ser utilizado e reforçado que funcionários e familiares de funcionários até terceira geração que trabalhem na Secretaria de Cultura e Turismo não podem participar dos editais. Foi explicado que, do montante para ações gerais e editais de fomento, 20% deve ser utilizado para ações em áreas periféricas. Foi explicada a divisão de recursos já propostas no Plano de Ação aprovado pelo MinC. Foi esclarecida a questão de ações afirmativas nos editais, que é obrigatória, e terá que ser respeitada, principalmente a questão de acessibilidade. O recurso destinado para ações de operacionalização, cerca de 4,8% no município (30.000,00) será utilizado, provavelmente, para contratação de pareceristas e, para tal, a legislação que versa sobre este tema é a Lei de Licitações (14.133/2021), pois se trata de contratação de serviços. Para utilização em obras e reformas, foi reservado o valor de R\$ 217.066,07, para atender a necessidade de reforma do telhado do Pontinho de Cultura e a colocação do elevador na Biblioteca Pública Municipal, também através de licitação, e será executado pela Secretaria. Na Política Nacional Cultura Viva, será utilizado o mínimo de 25% do total – R\$ 170.000,00. Do restante de projetos de fomento, cerca de 250.000,00, pelo menos 127.000,00 devem

ser destinados para ações em áreas periféricas do município: Residencial Floresta, Jardim Planalto, Parque das Laranjeiras, Assentamento do Horto de Vergel, CDHU, Linda Chaib, Novacoop, Martim Francisco, áreas rurais, etc. Pode ser aberto um edital específico para projetos em áreas periféricas. Provavelmente, serão solicitados projetos inéditos nos editais, a fim de poder atender novas ideias. Foram feitos alguns esclarecimentos sobre o Cultura Viva: no município, só existem dois Pontos de Cultura cadastrados no Governo Federal – ICA e Rádio Sucata e as inscrições estão permanentemente abertas no site específico do serviço. Haverá modelo de minuta de edital para o Cultura Viva, que serão disponibilizados pelo MinC, e devemos aguardar este modelo para podermos começar o processo. Foi orientado que aqueles que se interessem na inscrição como Ponto de Cultura já devem procurar a inscrição no MinC, pois, é provável que todo ano exista a obrigatoriedade de utilização dos recursos no Programa Nacional Cultura Viva. Para este ano, talvez o melhor seja aplicar o recurso em premiações. Luiz reforça que o objetivo da Secretaria de Cultura e Turismo é executar todo o valor já existente para execução da PNAB, pois não é de interesse devolver recursos. Também é importante lembrar que são cinco anos de recebimento de recursos, e os projetos precisam apresentar novidades, pois não é mais desejável que os agentes culturais apresentem o mesmo projeto ano após ano. Os representantes do Artesanato já propuseram que seja lançado edital para realização de feiras de artesanato, e a Secretaria lançará uma consulta pública on-line para que os artistas se pronunciem sobre a utilização dos recursos. Foi questionado se os projetos referentes à PNAB terão que ser executados este ano ainda, e a resposta foi que, por enquanto, sim. Importante lembrar que este é um ano de eleições municipais, e é preciso que a legislação seja seguida na íntegra, para evitar problemas que possam surgir. Ainda temos muitas questões que não foram resolvidas pelo MinC, mas precisamos nos organizar para dar sugestões de uso do recurso neste ano de 2024, a fim de instruir a elaboração do PAAR, que precisa ser colocado no sistema até dia 31 de maio. Foi falado também que é preciso que os projetos sejam autossuficientes, desde a divulgação. Não é possível que os artistas continuem dependendo da Secretaria para fazer a divulgação, transporte, que ceda lugar para ensaios. A Secretaria pode auxiliar, sim, mas não pode “ser parte” do projeto. O agente precisa pensar em todos os aspectos do seu projeto, desde a divulgação, até a permanência e presença de munícipes nos projetos, prevendo o material a ser utilizado. Foi discutida a possibilidade de se lançar editais mais “genéricos”, sem que se estabeleça a área cultural, deixando essa possibilidade para o proponente. Foi discutido também se é melhor menos vagas com mais recursos ou mais vagas com menos recursos. Várias possibilidades foram discutidas pelos presentes, e decidiu-se que a consulta pública on-line direcionará melhor a aplicação dos recursos, sendo posteriormente apresentado ao Conselho Municipal de Política Cultural, onde também será apreciado. Nada mais havendo a tratar, a audiência pública foi encerrada às vinte e uma horas e quinze minutos. Mogi Mirim, vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e quatro.

LUIZ HENRIQUE
DALBO:334427398
10

Assinado digitalmente por LUIZ HENRIQUE
DALBO:33442739810
ND: C=BR, OU=Presencial, OU=29098747000106,
OU=AC SIngularID Multiple, O=ICP-Brasil, CN=
LUIZ HENRIQUE DALBO:33442739810
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.05.21 16:56:09-03T0'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

Documento assinado digitalmente



VITALINA GRAZIETE MEGIATTO BRONZATTO PII
Data: 21/05/2024 15:28:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luiz Henrique Dalbo
Secretário de Cultura e Turismo de Mogi Mirim

Graziete Bronzatto Pinheiro
Pedagoga




LISTA DE PRESEÇA – AUDIÊNCIA PÚBLICA
RECURSOS DA PNAB

24/04/2024 – TEATRO MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Nome	Área Cultural	RG	Assinatura
Graciele B Pinheiro	SCT	21121788-8	
Jaime B de Lima Silva	Artesanato	29727444-2	
Maria Mans de Paula Gedeiro Rodrigues	Artesanato	19-38182 0397	
THAINÁ BRIDA	MÚSICA	54132669-7	
NATHIANA BRIDA	MÚSICA	43146452-7	
ANDRÉ CAETANO DE ALMEIDA	TEATRO	32764196-4	
Daniel Augusto de Souza	CINEMA	46141480-6	
Epilida Candido	Teatro/MAMM	34.123.189-7	
Rodrigo Silva Vasconcelos	Art. Visual	35.303873x	
Marilson Alves dos Santos	CRAPOEIRA	7529471-4	
Jose Donizete Alves.	CRAPOEIRA	17433026-1	
ESTEVAM DE OLIVEIRA P. Santos	MÚSICA	19989357724	
Denilson Odano Scarpini	SCT	32.692.699-9	
Renan Campos	Musica	46.150.203-2	



Nome	Área Cultural	RG	Assinatura
Natalia Helena de Silva	Teatro	45440203-X	
Jean-F. De Vive	Audio Visual	40923856-1	